

REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DO IPEA

A Associação dos Funcionários do Ipea (AFIPEA) solicita a elaboração de Nota sobre possibilidades de atuação para a reestruturação das Carreiras do IPEA no contexto do Governo Lula e quais as perspectivas sobre cada uma das possibilidades.

Esta Consultoria, em conversa com a AFIPEA, estabeleceu três possibilidades, sendo uma de baixa, uma de média e outra com maior efetividade considerando sua probabilidade de sucesso.

CENÁRIO GERAL

Desde que tomou posse, o Governo Lula sinalizou que ouvirá os servidores públicos e buscará a resolução das demandas das carreiras de forma consensual e com base em negociações estabelecidas em Mesas próprias para o debate.

Assim, o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), por meio das Secretarias de Gestão de Pessoas (SGP), de Relações do Trabalho (SRT), deu início às negociações com a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), que visa manter o diálogo aberto com as Centrais Sindicais e com as entidades representativas do serviço público para debater políticas amplas de melhorias do ambiente de trabalho e políticas de longo prazo.

Para além da MNNP, o Ministério estabeleceu as Mesas de Negociações Específicas (MNE), que são abertas de forma individualizada com os sindicatos que representam uma determinada categoria, para debater reajuste salarial e reestruturação de carreiras.

Portanto, o fluxo estabelecido pelo Poder Executivo é de diálogo com as entidades sindicais, de forma ampla na Mesa Permanente, ou específica nas MNE, para que projetos de lei de reajuste e reestruturação sejam encaminhados ao Congresso Nacional.

Pelo que esta Consultoria sondou com agentes importantes do Poder Executivo, a expectativa do governo é tentar resolver, inicialmente, as carreiras menores, com baixos impactos financeiros, dado sua facilidade de aprovação e de resolução.

Diante desse cenário, estabelecemos as nossas premissas para as três possibilidades de atuação a serem apresentadas.

BAIXA EFETIVIDADE - PL 6788/2017 - REESTRUTURAÇÃO DE DIVERSAS CARREIRAS DO EXECUTIVO, INCLUINDO O IPEA

O Projeto está em tramitação na Câmara dos Deputado, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para a análise de seu impacto financeiro e orçamentário. O PL está parado na Comissão desde 2017 e, desde então, não tem conseguido sucesso para sua votação.

O atual relator da matéria, deputado Merlong Solano (PT/PI), ainda não apresentou parecer sobre a matéria. A Consultoria Legislativa da Câmara tem, desde 2017, apresentado notas técnicas pedindo a rejeição da matéria por ter impacto financeiro e orçamentário não previsto nas Leis Orçamentárias. Vale ressaltar que o Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) de 2024 não prevê a aprovação desse PL, o que fatalmente implicará, por parte da Consultoria Legislativa, em novo pedido de rejeição da matéria.

Caso o projeto consiga ser votado na CFT, ele ainda precisará ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) e posteriormente pelo Senado Federal.

Além disso, muita das carreiras que seriam impactadas pelo projeto já estão buscando MNEs junto ao MGI para que seus pleitos possam ser atendidos em outro projeto a ser encaminhado pelo Executivo. Portanto, o próprio engajamento para aprovação da matéria já fica comprometido.

No específico para a AFIPEA, vale ressaltar que o projeto original não contemplava o IPEA, mas apenas as carreiras da Receita e da AGU. O texto que reestrutura o IPEA foi incluído pelo então relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), deputado Assis Melo (PcdoB/RS), o que poderia, no momento da sanção presidencial, ser vetado sob o argumento de vício de iniciativa.

Diante desse cenário, considerando que o projeto está parado na Comissão e tendo parecer técnico pela rejeição da matéria; considerando que as carreiras impactadas pelo PL estão buscando negociações apartadas; considerando que a questão do IPEA poderá ser questionada no futuro; entendemos que o caminho desse PL é o que é mais difícil de acontecer, o mais custoso politicamente e o que tende a demorar mais para ser aprovado.

MÉDIA EFETIVIDADE - MUDANÇAS DIRETAMENTE COM O EXECUTIVO

Outro caminho que pode ser trabalhado é buscar diretamente o Poder Executivo, via IPEA e Ministério do Planejamento, para que as mudanças do IPEA sejam transformadas em um Projeto de Lei de autoria do Executivo e encaminhada ao Congresso Nacional.

Dado que o IPEA é um órgão importante para o governo e há boa vontade da Ministra Tebet em atender o pleito do Instituto, a possibilidade de uma gestão de alto nível (ministra Tebet com a Ministra Esther) é razoável, o que nos faz colocar com média efetividade.

Acontece que o MGI tem estabelecido as MNEs para tratar das carreiras e negociar quais são os pontos de acordo para um PL ser apresentado. Diante disso, a mera pressão do IPEA ou do Ministério do Planejamento diretamente ao MGI pode não chances de ser viabilizadas, uma vez que podem querer forçar a abertura de uma MNE.

Além disso, temos observado na prática, é uma certa blindagem da própria Esther com esses pleitos, colocando como ferramenta para a resolução dos conflitos as próprias MNEs. Portanto, uma conversa de alto nível pode ser diferencial para que as coisas aconteçam, mas há uma alta dose de risco que seja barrado e jogado para uma Mesa de Negociação.

Com isso, entendemos que o próximo cenário é o de maior efetividade.

ALTA EFETIVIDADE - ABERTURA DE MNE

Em nossa visão, o melhor caminho a ser seguido é a solicitação para a abertura de MNE para a AFIPEA afim de que os pleitos possam ser levados de forma institucional e forçando o MGI a se posicionar sobre os temas.

É necessário buscar o apoio da Ministra Tebet e o engajamento da presidência do IPEA para que uma solução rápida possa acontecer, mas a antecipação de pedido de abertura de MNE por parte da AFIPEA pode agilizar ainda mais o pleito.

Como apresentado anteriormente, a expectativa do governo é resolver, inicialmente, os pleitos das carreiras com menor impacto financeiro, dado que o espaço orçamentário é reduzido e ainda há incertezas sobre o arcabouço fiscal e qual será espaço orçamentário para os anos futuros.

Considerando que a mera reorganização das carreiras não gera impacto financeiro, a possibilidade do pleito ser atendido nas primeiras levas de negociações é boa e, além disso, ir em um PL com outras carreiras e chancelada pelo Executivo aumenta as chances de sua aprovação e reduz a possibilidade de alteração no texto (que outras carreiras entrem no texto via emendas ou que saiam durante o processo legislativo).